

## POR UMA ABORDAGEM DISCURSIVA DA REFERENCIAÇÃO COM BASE EM FOUCAULT<sup>1</sup>

Fabiano de Oliveira Moraes\*

**Resumo:** O trabalho objetiva, a partir de uma abordagem discursiva da referenciação com base em Foucault (1968, 1987, 2007, 2008), demonstrar o quanto o campo de saber e os mecanismos de poder formam os objetos de discurso e definem a materialização linguística em dada época. A pesquisa bibliográfica possibilitou uma conceituação de referenciação com base nas concepções de discurso foucaultianas e no seu método arqueológico e genealógico. O artigo apresenta o processo através do qual o discurso, em seu aspecto histórico e material, protege o mesmo procedimento de controle (a 'vontade de verdade') que define as verdades, que delinea os saberes e poderes viáveis, que estabelece os objetos que podem ou não ser formados, enfim, que institui tanto a referenciação de dado período quanto a materialização desta nos significantes textuais. Este trabalho tem por finalidade abrir caminho para uma análise mais profunda do mecanismo de referenciação.

**Palavras-chave:** Referenciação. Discurso. Foucault.

**Abstract:** Using a discursive approach of referentiation based on Foucault (1968, 1987, 2007, 2008), this study aims to demonstrate how much the field of knowledge and the mechanisms of power form objects of discourse and define the linguistic materialization at a given time. The bibliographical investigation allowed conceptualizing *referentiation* based on Foucault's concept of discourse, as well as his archeological and genealogical methods. The study presents the process through which the discourse, in its historical and material aspect, protects the same controlling procedure (the will to truth) that defines the truths, that traces the feasible of knowledge and power, that establishes the objects that may or may not be formed, and that sets both the referentiation of a given period of time and its materialization in the textual signifiers. This study aims at opening the way to a more in depth analysis of the referentiation mechanism.

**Keywords:** Referentiation. Discourse. Foucault.

### Introdução

No decorrer deste artigo, almejamos responder à seguinte questão: *de que modo se dá a formação de objetos de discurso a partir da 'episteme' fundada na vontade de verdade?* Para tanto, tomamos como ponto de partida a conceituação de referência e de referenciação, buscamos observar o que faz da referenciação uma atividade discursiva, para, a partir das concepções de discurso e poder de Foucault (1987, 2007, 2008), verificarmos a possibilidade

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da dissertação de mestrado defendida e aprovada no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Mestrado em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal do Espírito Santo, em março de 2010. Linha de pesquisa: Estudos sobre Texto e Discurso. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Virginia Beatriz Baesse Abrahão.

\* Doutorando em Educação. Mestre em Linguística. UFES. Vitória-ES, Brasil. contato@fabianomoraes.com.br

de conceber uma teoria da referenciação com base na definição de formação de objetos de discurso a partir da prática discursiva, levando-se em consideração os mecanismos de poder, o feixe de relações discursivas e a rarefação do sujeito. Em seguida, delineamos, a partir de categorias encontradas em Foucault (1968, 1987), o processo de referenciação em voga em cada época. Com base nesse levantamento arqueológico da referenciação, propomos em complemento um quadro geral da referenciação que visa englobar em um esquema tridimensional uma concepção de tal processo que abranja as diferentes configurações que o mesmo tomou nas três épocas supracitadas.

### Referência e referenciação<sup>2</sup>

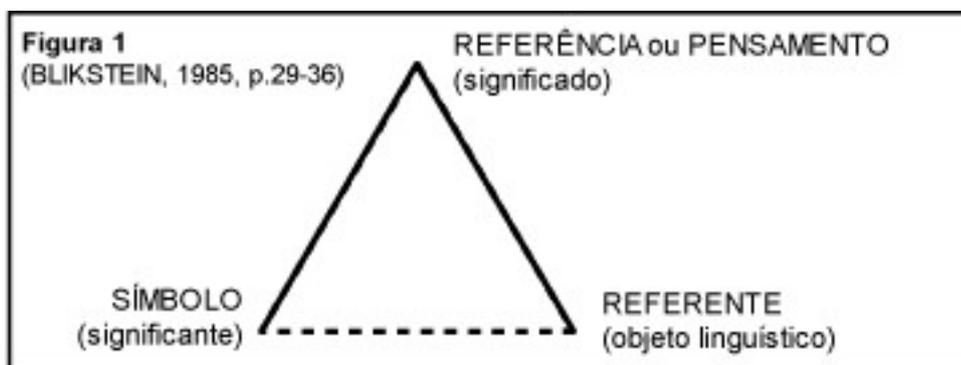
Este artigo tem por tema a referência como mecanismo de constituição discursiva dos objetos de discurso através dos quais se pode acessar a 'realidade', em concordância com Possenti (2003) – no prefácio intitulado *De que falamos quando falamos de referência?* do livro *A questão da referência* – quando este afirma que as ciências, ideologias e culturas 'criam' seus próprios mundos e é através dessas 'criações' que se tem acesso à realidade, e que as palavras e as coisas se relacionam. No entanto, ao aludirmos ao processo que buscamos caracterizar neste trabalho com base no conceito de acontecimento discursivo de Foucault (2007), utilizaremos o termo *referenciação*, proposto por alguns linguistas em substituição à noção de *referência*. Assim o faremos com o intuito de que tal processo não se confunda com a tradicional definição de *referência* enquanto ligação entre as palavras e as coisas. Ademais, o termo *referenciação* nos remete à definição desse processo como ligação da palavra com os objetos não 'do mundo', mas do discurso, e ao mesmo tempo ao estabelecimento de uma ação de construção discursiva intersubjetiva e interdiscursiva dos objetos de discurso procedida no ato da materialização linguística.

Partimos, pois, do livro *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*, de Blikstein (1985) com a intenção de respaldar o processo enquanto mecanismo que, extrapolando os

<sup>2</sup> Sobre a utilização dos termos 'referência' e 'referenciação', utilizaremos, para aludirmos ao processo aqui estudado, o termo 'referência' no âmbito dos trabalhos de Blikstein (1985) e de Possenti (2003), em consonância com a aplicação deste termo por tais autores. No entanto, ao traçarmos considerações acerca de Koch (2002, 2006), Koch e Elias (2007), assim como de Mondada e Dubois (2003), faremos uso, em concordância com estas autoras, do termo 'referenciação' para definir esta atividade enquanto ação do sujeito levando em conta tanto os aspectos cognitivos quanto a intersubjetividade presente no contexto. Mais adiante, no entanto, ao partirmos para considerações acerca desse fenômeno com base nos aspectos discursivos foucaultianos, utilizaremos o termo *referenciação*. Com isso não estamos afirmando de nenhuma maneira que esses termos sejam sinônimos ou que ambos aceitem um só conceito. Muito pelo contrário, respeitamos o uso feito por cada autor do termo que melhor lhe convém. Apenas optamos por utilizar o termo 'referenciação' para definirmos o fenômeno que no âmbito deste trabalho é por nós estudado e conceitualizado, segundo as razões apontadas acima.

limites do texto, remete a aspectos discursivos, interdiscursivos, históricos e epistemológicos. Blikstein (1985) faz uso do conceito de referência constituída a mesma no nível perceptivo-cognitivo enquanto aspecto de suma importância na fabricação do referente. O autor destaca, nesse mecanismo, a importância da prática social e da ideologia no estabelecimento de estereótipos, a partir dos quais se efetiva linguisticamente a fabricação dos objetos de discurso<sup>3</sup>.

Blikstein (1985) atenta ainda para o fato de o referente ter sido expulso dos estudos linguísticos, mostrando como os linguistas e os semiólogos deslocaram os seus estudos para o lado esquerdo do triângulo de Ogden e Richards (Figura 1). Nestes estudos se estabelece prioritariamente a relação entre símbolo e referência ou entre significante e significado, relega-se, pois, o referente a um espaço secundário, expulsando-o, dessa forma, de tais teorias. O descarte do referente, afirma Blikstein (1985) teve como consequência a exclusão da dimensão perceptivo/cognitiva das teorias linguísticas. O autor assegura que nessa dimensão se estabelecem as raízes da significação e que as atenções dos linguistas e semiólogos devem se voltar “[...] para o lado direito do triângulo de Ogden e Richards – em que se coloca o referente – e explorando o mecanismo pelo qual a percepção/cognição transforma o 'real' em referente” (BLIKSTEIN, 1985, p. 46).

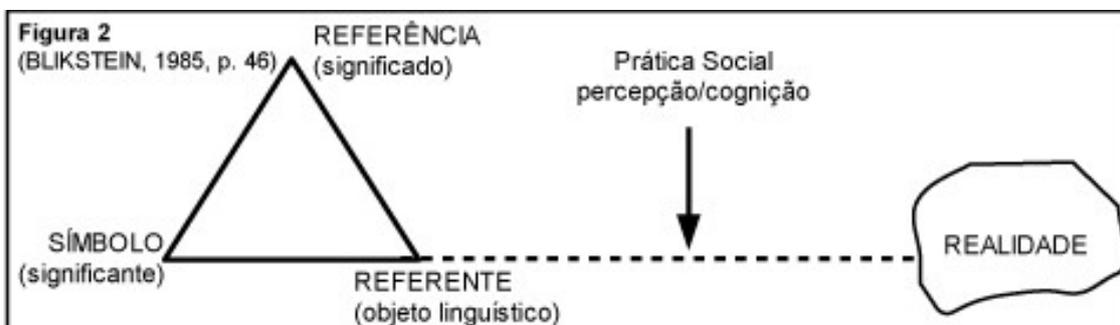


Blikstein (1985), remetendo-se à afirmação de Saussure (2003, p. 15) em seu *Curso de lingüística geral*<sup>4</sup> de que “[...] é o ponto de vista que cria o objeto [...]”, respalda sua concepção afirmando que o 'ponto de vista' saussuriano corresponde à percepção/cognição no

<sup>3</sup> Cabe ressaltar o fato de que a presença da concepção dialética entre práxis e linguagem de Blikstein (BLIKSTEIN, 1985: 86) ao lado do antidialetismo de Foucault fez-se no sentido de tomar por base um dos esquemas representativos elaborados por Blikstein, substituindo os elementos que dialeticamente marcam sua concepção de referência pelos aspectos discursivos destacados por Foucault que nos possibilitarão demonstrar esquematicamente o processo de referenciação com base neste autor francês.

<sup>4</sup> Destacamos que Izidoro Blikstein é um dos tradutores desta obra de Saussure (2003) para o português, publicada, no Brasil, pela Editora Cultrix.

âmbito da prática social, enquanto o 'objeto' equivale ao objeto linguístico 'fabricado' (Figura 2).



Se para o autor a cognição depende de uma prática social, a percepção se estabelece de maneiras distintas em diferentes culturas, tendo em vista que um indivíduo não pode perceber a realidade de outro modo que não o estabelecido na cultura na qual encontra-se inserido. A prática social, portanto, constitui ideologicamente a percepção/cognição na dimensão pré-verbal ou para-verbal, fabricando a maneira como aprendemos a ver o mundo através dos estereótipos ou 'óculos sociais'.

Koch (2002, 2006), respectivamente no artigo *A construção de objetos-de-discurso* e no livro *Desvendando os segredos do texto*, e Koch e Elias (2007) no livro *Ler e compreender os sentidos do texto*, apontando em alguns momentos para o livro supracitado de Blikstein, destacam e relevam a constituição discursiva e intersubjetiva da atividade da referenciação, defendendo o uso desse termo para aludir a tal atividade.

Denomina-se **referenciação** as diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes. [...] A **referenciação** constitui, portanto, uma **atividade discursiva**. [...] as formas de referenciação são escolhas do sujeito em interação com outros sujeitos, em função de um querer-dizer. Os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralingüística, eles a (re)constroem no próprio processo de interação (KOCH e ELIAS, 2007, p. 123-4, grifos das autoras).

Para Koch (2002), a reelaboração dos dados sensoriais efetiva-se no cérebro e dá-se em nível discursivo obedecendo a restrições definidas não apenas por condições culturais, sociais, históricas, mas também por condições de processamento provenientes do uso da língua. Koch e Elias (2007) e Koch (2002, 2006) apontam, portanto, para o caráter discursivo da referenciação. No entanto, embora as autoras definam e conceituem tais aspectos enquanto discursivos, afirmando que a reelaboração cerebral de dados sensoriais se dá essencialmente

no discurso obedecendo a restrições socioculturais, históricas, remetendo inclusive ao termo 'óculos sociais' utilizado por Blikstein, e que o referido processo se efetiva em uma dimensão perceptivo/cognitiva determinada pela prática social (tal como aponta Blikstein (1985)) ainda é perceptível, nestes trabalhos das autoras - em virtude (assim supomos) do seu importante foco e direcionamento textual, interacional e cognitivista - a ausência de elementos que (para além do fenômeno textual e dos mecanismos linguísticos) indiquem o engendramento discursivo a que se submete a dimensão semiológica da referenciação no âmbito da práxis.

Koch (2002, 2006) também aponta, em sua abordagem, para o artigo *Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação*, de Mondada e Dubois (2003). Para Koch (2002, 2006), as autoras defendem a constituição discursiva da referenciação e o aspecto dinâmico dos objetos de discurso que, após serem introduzidos, podem ser modificados, desativados, reativados, transformados, recategorizados, permitindo a construção e reconstrução dos sentidos por esta via no decorrer da progressão textual. Koch (2002, 2006) remete-nos ao artigo de Mondada e Dubois (2003) ao referir-se à ideia de substituição da noção de referência pela noção de referenciação:

A discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração de informação, mas de (re)construção do próprio real. Ao usar e manipular uma forma simbólica, usamos e manipulamos tanto o conteúdo como a estrutura dessa forma. E, desse modo, também manipulamos a estrutura da realidade de maneira significativa. E é precisamente neste ponto que reside a idéia central de substituir a noção de referência pela noção de referenciação, tal como postulam Mondada e Dubois (1995)<sup>5</sup> (KOCH, 2006, p. 81).

Mondada e Dubois (2003) consideram, pois, a importância dos aspectos cognitivos e intersubjetivos no âmbito da construção de objetos de discurso e na categorização. Para as autoras, as categorias de que faz uso o sujeito que profere o discurso são predominantemente instáveis e sua estabilidade se dá, não pela ligação entre as palavras e as coisas, mas pelo estabelecimento social de estereótipos, propondo uma concepção de referenciação a partir da qual “[...] os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo” (MONDADA E DUBOIS, 2003, p. 17).

Portanto, as categorias e os objetos de discurso, por intermédio dos quais os sujeitos percebem o mundo, possuem uma instabilidade constitutiva, não sendo, os primeiros, nem preexistentes, nem dados, mas sim elaborados na atividade discursiva denominada

---

<sup>5</sup> A obra a que se refere Koch (2002 e 2006) como Mondada e Dubois (1995) corresponde à mesma a qual nos referimos como datada de 2003.

referenciação e transformados com base no contexto e nas negociações interativas. As categorias, embora instáveis, são passíveis de estabilização na forma de estereótipos provenientes de protótipos, os quais, quando compartilhados entre muitos indivíduos e com ampla distribuição social, alcançam um nível de estabilidade. Ao discorrerem acerca da instabilidade das categorias, Mondada e Dubois (2003, p. 29) asseguram que “No seio das atividades discursivas, a instabilidade se manifesta em todos os níveis da organização linguística, indo das construções sintáticas às configurações de objetos de discurso.”, no entanto, não encontramos em seu artigo definições ou alusões específicas aos termos discurso ou discursividade. As autoras apontam, por exemplo, para variações sincrônicas e diacrônicas das categorias, afirmando mesmo que a estabilidade das mesmas está relacionada muito mais aos discursos sócio-históricos e aos procedimentos culturalmente ancorados do que a alguma ligação entre as palavras e as coisas, tangenciando, neste breve comentário, a ideia de que o estabelecimento dos objetos de discurso e das categorias se dá em conformidade a aspectos mais profundos pré-estabelecidos no nível dos elementos discursivos - sociais, culturais e históricos -, no entanto não traçam considerações mais aprofundadas sobre esse tema. Por outro lado, podemos destacar de tal obra considerações relevantes no que tange ao domínio interacional e cognitivo da atividade de referenciação.

Pudemos perceber, portanto, que nas concepções discursivas da referência aqui apresentadas, este processo não é considerado uma relação direta das palavras com as coisas, com o mundo, com o 'real', mas sim com um 'real' trabalhado e transformado pela linguagem, estabelecido discursivamente. Devendo-se tal estabelecimento e construção (como postulam Mondada e Dubois (2003), Koch (2002, 2006) e Koch e Elias (2007)) aos aspectos cognitivos, intersubjetivos e contextuais, e constituindo, tal mecanismo (que por todas as razões aqui ressaltadas denominaremos 'referenciação' e não mais 'referência'), sem sombra de dúvidas, uma atividade discursiva.

Foucault (2007), por sua vez, em *A arqueologia do saber*, norteia suas considerações acerca do discurso a partir da necessidade premente de restituir a singularidade de acontecimento ao enunciado, posto que o mesmo, enquanto acontecimento, não pode ser esgotado totalmente pela língua, tampouco pelo sentido. Portanto, na tarefa de descrever os fatos discursivos, faz-se necessário delinear outras unidades que se relacionam com determinado enunciado em questão, efetivando uma análise da coexistência, do funcionamento mútuo e da determinação recíproca entre um dado enunciado e o seu jogo de relações. “Relações entre os enunciados [...]; relações entre os grupos de enunciados assim estabelecidos [...]; relações entre enunciados ou grupos de enunciados e acontecimentos de

uma ordem inteiramente diferente (técnica, econômica, social, política)” (FOUCAULT, 2007, p. 32).

Um conjunto de enunciados, afirma Foucault (2007), se estabelece, pois, quando tais enunciados, mesmo que dispersos no tempo ou distintos em forma, se referem a um mesmo objeto.

O campo dos acontecimentos discursivos, em compensação, é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas seqüênciaslingüísticas que tenham sido formuladas; elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de leitura: elas constituem, no entanto, um conjunto finito (FOUCAULT, 2007, p. 30).

Em virtude desses pressupostos, a análise arqueológica de Foucault (2007) coloca uma questão fundamental acerca do acontecimento discursivo: “[...] como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2007, p. 30).

Enfim, com o intuito de definir acontecimento discursivo, Foucault (2008) afirma, em *A ordem do discurso*:

Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (FOUCAULT, 2008, p. 57-58).

Foucault (2007), dessa forma, isola o enunciado enquanto unidade do discurso estabelecida entre a língua (enquanto sistema de regras), e o *corpus* (enquanto discurso pronunciado). O enunciado é, portanto, descrito em suas condições de possibilidade e em seu caráter singular.

A partir do que consideramos acima, podemos inferir que a materialidade é condição imprescindível para que uma seqüência linguística possa ser considerada um enunciado. O regime de materialidade do enunciado obedece, dessa maneira, a ordem da instituição, assegura Navarro-Barbosa (2004, p. 111): “[...] é a relação entre prática discursiva e instituição que responde pela materialidade do enunciado, o que requer que se considere o discurso não como um conjunto de signos, mas como uma prática que abarca regras determinadas historicamente.” Cardoso (2003, p. 132), respalda tal visão: “A formação discursiva é histórica e a materialidade de seus enunciados é de ordem institucional.”

Por outro lado, o enunciado, enquanto acontecimento, está ligado tanto à escrita ou à articulação da fala, ou seja, à materialização do mesmo, quanto a enunciados que lhe são colaterais, que o seguem e que o precedem, remanescentes, estes últimos, no campo da memória, afirma Foucault (2007, p. 147). Nesse contexto, é o arquivo que define o que pode ser dito e o que permanece ou se esvai dentre os tantos acontecimentos discursivos.

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas [...] se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas.

O arquivo, ao mesmo tempo em que determina o sistema de enunciabilidade do enunciado-acontecimento, é o sistema de funcionamento que atualiza, faz emergir ou torna inertes o enunciado-coisa.

Para almejarmos uma maior compreensão do espaço no qual se constitui o enunciado, apontamos em Foucault (2007) para a definição de *formação discursiva* enquanto um sistema de dispersão no qual se pode detectar uma regularidade nos tipos de enunciação, conceitos, escolhas temáticas e objetos. O autor utiliza o termo *formação discursiva* com o intuito de evitar palavras já carregadas de condições inadequadas para designar essa dispersão “[...] tais como 'ciência', ou 'ideologia', ou 'teoria', ou 'domínio de objetividade’” (FOUCAULT, 2007, p. 43). As regras de uma formação, por sua vez, são as condições a que os elementos de uma formação discursiva - sejam eles: tipos de enunciação, conceitos, temas, objetos – estão submetidos às suas condições de existência, coexistência, manutenção, modificação e desaparecimento.

No que tange à formação de objetos de discurso, Foucault (2008, p. 49-51) afirma<sup>6</sup>:

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa “dizer alguma coisa” e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação – essas condições, como se vê, são numerosas e importantes. Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção ou tomar consciência, para que novos objetos

---

<sup>6</sup> Com a intenção de apresentarmos uma definição da formação de objetos de discurso a partir da prática discursiva, tomaremos, em Foucault (2007), algumas citações mais longas para que, a partir das considerações diretas do autor acerca da formação de objetos de discurso, prática discursiva e discurso, as quais ficarão registradas nesse trabalho, não tenhamos a infelicidade de deturpá-las ou alterá-las sobremaneira, imbuídos que estaríamos da difícil tarefa de sintetizar suas ideias em uma paráfrase.

logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. [...] o objeto [...] existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações. Essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização; e essas relações não estão presentes no objeto [...] elas não definem a constituição interna do objeto, mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irreducibilidade e, eventualmente, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um campo de exterioridade (FOUCAULT, 2008, p. 49-51).

A formação de objetos de discurso se faz em meio a essa intrincada rede de relações estabelecidas em um campo que abarca todos os seus elementos: a *prática discursiva*. Para Navarro-Barbosa (2004, p. 108), “Um dos aspectos que marca a novidade da *A arqueologia do saber* em relação a *As palavras e as coisas* é a substituição da noção de episteme pelo conceito de prática discursiva.” O discurso é concebido como prática discursiva, encontrando-se, como nos mostra a análise arqueológica de Foucault (1968, 2007) no espaço entre a estrutura: as regras da língua, e o acontecimento: aquilo que é dito. Esse discurso-acontecimento é o que funda e constitui a verdade. Ao conceituar prática discursiva, o autor francês afirma:

Finalmente, o que se chama “prática discursiva” pode ser agora precisado. Não podemos confundir-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a “competência” de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2007, p. 136).

Para compreendermos melhor a relação entre a formação de objetos de discurso e a prática discursiva apontaremos para um trecho da obra na qual o autor apresenta considerações acerca do 'discurso' lançando mão de ambos os conceitos acima descritos.

[...] gostaria de mostrar que os 'discursos', tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e palavras: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras; gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que analisando os próprios discursos, vemos desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos. 'As palavras e as coisas' é o título – sério – de um problema; é o título – irônico – do trabalho que lhe modifica a forma, lhe desloca os dados e

revela, afinal de contas, uma tarefa inteiramente diferente, que *consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos* (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), *mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam*. Certamente os discursos são feitos de signos; mas *o que fazem é mais do que utilizar esses signos para designar coisas*. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. *É esse 'mais' que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever* (FOUCAULT, 2007, p. 54-55, grifo nosso).

O autor aponta para a obra *As palavras e as coisas* nas considerações supracitadas acerca do 'discurso' ao considerar a seriedade e a ironia presentes em tal trabalho que, deslocando os dados nos apresenta uma tarefa distinta a se proceder para compreender o processo de estabelecimento dos objetos de discurso a partir das práticas discursivas. No entanto, ao apontarmos para aspectos apresentados por tal obra, não poderíamos deixar de ressaltar os processos de vigilância e punição predominantes em cada período, pois, como resalta Foucault em *Vigiar e punir*, é esse mecanismo de poder o que produz tanto o sujeito quanto os objetos de discurso, enfim, é ele o que produz a realidade, efetivando, portanto, a referenciação<sup>7</sup>:

O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação 'ideológica' da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder [...]. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele 'exclui', 'reprime', 'recalca', 'censura', 'abstrai', 'mascara', 'esconde'. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 1987, p. 161).

Em suma, a referenciação, tomada neste livro enquanto formação dos objetos de discurso que estabelecem a relação entre o lingüístico e o extra-lingüístico, apresenta-se, em Foucault (2007, 2008), no nível da determinação da possibilidade de surgimento, transformação, dispersão e acumulação dos objetos de discurso, constituídos nos enunciados dispostos em dada formação discursiva, determinados historicamente a partir das relações estabelecidas entre as instituições sociais, econômicas, políticas, pessoais e discursivas, numa dada *episteme*, levando-se em conta os mecanismos de poder e vigilância e os procedimentos de controle do discurso e de rarefação do sujeito que fala.

---

<sup>7</sup> Na obra *A arqueologia do saber* Foucault não considera equivalentes os termos 'objeto de discurso' e 'referente'. Em tal obra, o autor francês afirma que se, por um lado, uma proposição estabelece relação com um referente para que lhe possa ser atribuído um valor de verdade, por outro lado o objeto de discurso é função derivada do enunciado. No entanto, consideraremos o 'objeto de discurso' de Foucault equivalente ao 'referente' constituído discursivamente no processo de referenciação, com base nos conceitos utilizados por Koch, Mondada e Dubois.

## A referenciação em cada período

Apresentamos alguns dos elementos inerentes às concepções foucaultianas de saber e de poder com a intenção de representarmos esquematicamente a constituição do mecanismo de referenciação.

No período que vai até o século XVI, tal mecanismo materializou-se no saber das marcas e semelhanças para o qual o sujeito é aquele que: adivinha (*divinatio*), através das marcas, as similitudes existentes: entre as palavras e as coisas; entre as coisas e as coisas, e; entre as palavras (ou coisas) e Deus, e; interpreta (*eruditio*) as escrituras sagradas através das similitudes existentes entre as palavras e as palavras (comentário). O homem, para tornar-se sujeito que fala, precisa saber decifrar, interpretar e ler as marcas, precisa para tanto deter o saber das similitudes, precisa, pois, proferir sua fala a partir desse saber. Tanto as palavras quanto as coisas são parte da natureza a ser decifrada. Deus e a natureza encontram-se permeados no espaço no qual consolida-se o campo do saber, institui-se o poder e dão-se as relações institucionais a partir dos quais é possível a formação dos objetos de discurso, dos tipos de enunciados, dos temas e dos conceitos. A referência das palavras às palavras se faz através do comentário que perpetua e busca restituir, sob o texto lido, um texto primevo, um discurso fundamental. A referência das palavras às coisas, e das coisas às coisas, dá-se por intermédio das marcas que, apontando para semelhanças, não deixam de ser semelhanças. No entanto, a ligação das coisas e das palavras com Deus e com os atributos divinos (que a elas impõem Sua vigilância e Seu poder e com Os quais as coisas e palavras podem estabelecer semelhança) dá-se pelo mecanismo das similitudes por intermédio da *analogia* das coisas com o homem, para que este, sim, seja assemelhado a Deus. O poder é instituído pela Igreja na propagação da fé em Deus, ao mesmo tempo em que se faz presente na suntuosidade, na exibição da força e da superioridade dos sacerdotes e nobres. A vigilância e a punição materializam-se em sua forma mais representativa e exemplar através da Santa Inquisição, que: por intermédio de seus códigos regula e vigia, determinando quem pode dizer, o que se pode dizer, e a partir de que saber se pode dizer o que se diz; julga os hereges através de seus tribunais (aqueles que agem e falam em desacordo com o poder e o saber instituídos são inquiridos), e; expurga o mal através das torturas e suplícios, coroando, por intermédio do controle dos corpos, a efetivação da propagação e hegemonia do poder e do saber vigentes.

No período clássico, o mecanismo de formação de objetos de discurso apresenta-se, por primazia, através da ordem e da representação. O discurso, conduzindo em si o saber clássico e o conhecimento (posto estabelecer-se no campo epistemológico) conecta, através de

sua constituição, elementos externos a este, tais como: a natureza à natureza humana, os seres à representação destes, as coisas às palavras. A linguagem faz-se enquanto discurso tanto das coisas quanto das representações. O signo, no processo de referenciação de tal período, aponta para aquilo que representa e para si mesmo enquanto representação. O poder, estabelecido no âmbito do saber racional e das instituições, com base na ciência da ordem, institui os mecanismos disciplinares da vigilância hierárquica, da sanção e do exame, ampliando (generalizada e constantemente) e complementando os poderes da lei que, embora mais severos, deixem lacunas. O inquérito herdado do período anterior passa a ser usado também no âmbito das ciências naturais. Nesse contexto, o sujeito precisa estabelecer-se no campo de saber para poder proferir seu discurso, precisa conhecer para, lançando mão do saber, ordenar seu pensamento em linguagem e poder falar. Ademais os sujeitos doravante são regulados pelas disciplinas, as quais através das normas os homogeneízam e através dos exames os individualizam aferindo os seus saberes e situando cada um deles no lugar que lhe cabe, de onde poderá ou não proferir tal ou tal discurso. Doravante, as palavras não são marcas a serem decifradas pelo sujeito, como outrora, mas sim um espaço no qual os seres se manifestam e as representações se ordenam. Para as proferir, para as ler, é necessário não mais decifrar, mas sim saber, conhecer, ordenar, discernir e mesmo inquirir.

A constituição de objetos de discurso na modernidade pode ser apresentada a partir dos elementos destacados por Foucault (1968, 1987, 2008) no que tange à *episteme*, ao poder, e ao acontecimento discursivo. A linguagem referencia através das bases epistemológicas das ciências humanas, mediadas, como vimos, pelos mecanismos de poder, a partir dos quais pode-se falar à respeito do homem através do seu organismo, dos objetos que o mesmo produz, das palavras que ele profere (sua vida, trabalho e linguagem) como se essas positivities, através das quais se pode acessar o homem, fossem verdadeiras e o ser do homem só se desvelasse ao olhar do próprio homem na forma de “[...] um vivo, um instrumento de produção, um veículo para palavras que lhe preexistem [...]” (FOUCAULT, 1968, p. 408) e que se antecipam a ele, que o dominam e o atravessam como a um objeto da natureza, um objeto que, doravante, precisa ser medido, disposto, descrito, treinado, classificado, normalizado, excluído, vigiado, punido e recompensado através do panóptico, do exame documental permanente e dos procedimentos de controle discursivos, instituídos estes últimos a partir de um 'poder de escrita'. Tanto as três grandes positivities: a vida, o trabalho e a linguagem, quanto os duplos do homem: finito-infinito, empírico-transcendental, cogito-impensado, distanciamento-retomada da origem, são, pois, elementos nos quais o homem, em seu desvanecimento, apresenta-se em fragmentos. E é através das fendas da linguagem que

esse homem rarefeito é falado, fendas estas que perpassam desde os processos analíticos da formalização do pensamento científico e da interpretação que vai do próprio homem, das coisas e de Deus às palavras provenientes de uma linguagem em fragmentos; até o anúncio da finitude dos mesmos (homem e Deus) através da literatura. O sujeito (indivíduo objetivado, transformado em caso para ser melhor utilizado), rarefeito e disperso entre as normas do discurso erigidas no processo de formalização, assim como a própria finitude do homem que o divide em seus duplos, ressurgem na linguagem fragmentada, através do discurso proferido. Discurso este controlado institucionalmente, constituindo ele próprio uma instituição que delinea regras, normas, procedimentos de controle de quem pode falar, do que se pode falar, de onde se pode falar o quê. O discurso, estabelecido num feixe intrincado de relações entre instituições e mecanismos de poder (mecanismos que perpassam tanto essas instituições quanto o próprio discurso), efetiva, numa abrangência sem precedentes, sutil e poderosa, os mecanismos disciplinares de poder. O poder doravante permeia a linguagem, o trabalho, a vida, o homem, o discurso, as instituições, as relações, o sujeito.

Portanto, nos três períodos, o discurso, enquanto lugar de poder e lugar de onde se exerce o poder: determina a inacessibilidade à vontade de verdade que o funda, e que é por ele ocultada, e; estabelece a formação de objetos de discurso, temas, conceitos e tipos de enunciados delineados pela *episteme*, referenciados pela palavra possível, materializados pelo significante soberano que, antes de tudo, é quem fala.

### Quadro geral da referenciação

Como pudemos observar, a referenciação configurou-se de maneiras distintas nos diferentes períodos analisados por Foucault (1968), no entanto, acreditamos na possibilidade de traçarmos um quadro geral da referenciação que abranja as diferentes formas através das quais a mesma se configurou em cada época tomando por base os conceitos de: vontade de verdade e região mediana<sup>8</sup>, Foucault (1968, 2008); prática discursiva e formação de temas,

<sup>8</sup> Na obra *As palavras e as coisas*, Foucault (1968), mesmo sem utilizar o termo ‘vontade de verdade’, aponta para uma ‘região mediana’, sobre a qual o mesmo se debruça em seu trabalho arqueológico e na qual se fundam os campos epistemológicos que constituem os objetos de tais períodos. Tomamos tal termo como equivalente à ‘vontade de verdade’ do livro *A ordem do discurso*, considerada por Foucault (2008) como o mais forte, profundo e incontornável dos procedimentos de exclusão externos, estabelecidos pela ordem do discurso, e dos quais menos se fala por encontrar-se como que oculta sob o desenrolar da verdade, “a vontade de verdade [...] é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la.” (FOUCAULT, 2008, p. 20). Através da análise arqueológica, Foucault (2008) visa cercar os procedimentos de exclusão, dentre eles a ‘vontade de verdade’ a qual, além de reforçar os outros dois procedimentos externos (interdição e rejeição) funda as práticas discursivas e, conseqüentemente, a constituição de objetos de discurso e verdades.

conceitos, objetos e tipos de enunciado, Foucault (2007), e; poder, vigilância e punição, em Foucault (1987).

A maneira como se efetivou esse processo em períodos distintos nos leva a crer que em cada período constituiu-se uma forma distinta de referenciação. No entanto, a formação de objetos de discurso a partir da prática discursiva e o delineamento destes últimos pela inefável vontade de verdade que atravessa todos os períodos em questão, desde o século V a.C. na Grécia antiga, como ressaltava Foucault (2008), indica que a reconfiguração esporádica desse mecanismo é o que garante a manutenção dessa vontade de verdade e a sua readequação e auto-proteção, deflagradas no estabelecimento de um espaço perceptível, visualizável e descritível, em torno do qual define-se o saber e implanta-se o poder vigente num período em questão. Esse espaço perceptível, o qual designaremos *lugar de verdade/saber/poder*, oculta a vontade de verdade e ao mesmo tempo aparenta ser a base, a instância fundamental do campo de saber e dos mecanismos de poder que constituem o discurso materializado no nível do significante. Dessa forma, um *lugar de verdade/saber/poder* instituído em determinado período, quando ampla e rigorosamente questionado e criticado nas possibilidades de saber e poder que o mesmo constitui e estabelece, pode vir a ser substituído por outro *lugar de verdade/saber/poder* que instituirá uma nova configuração de saber e poder, que por sua vez constituirá objetos outros, característicos dessa nova época. Um momento de reconfiguração da vontade de verdade em um novo *lugar de verdade/saber/poder* estabelece uma descontinuidade epistemológica, uma transição paradigmática. Propomos, pois, para efetivarmos um esquema visual que contemple o quadro geral da referenciação a partir de Foucault, uma alteração no esquema da referência (Figura 2 deste artigo – Triângulo de Ogden e Richards com prolongamento) proposto por Blikstein (1985).

Em nosso modelo (Figura 3) o triângulo de Ogden e Richards com seus três elementos básicos permanece intacto, com o devido prolongamento feito por Blikstein a partir do referente ou objeto de discurso, o qual é 'fabricado' (BLIKSTEIN, 1985) ou 'formado' (FOUCAULT, 2007) com base na prática social (BLIKSTEIN, 1985) ou nas práticas discursivas: saber e poder (FOUCAULT, 1968, 1987, 2007, 2008).

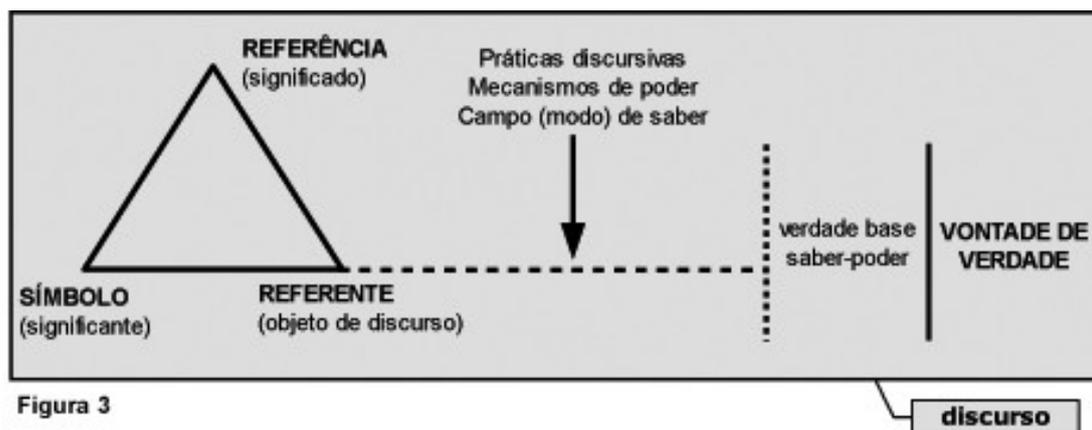


Figura 3

No entanto, esses elementos, ao nosso ver, não mediam a relação entre referente e realidade como propõe Blikstein (1985), mas sim entre referente e o *lugar de verdade/saber/poder*. Este último, condensando a verdade base e fundando o saber/poder de dado período é o que configura as práticas discursivas e define o que se pode falar em dada época. Desta maneira, excluindo a 'realidade' do campo do referente, apontamos para a condição a partir da qual (como Mondada e Dubois (2003) afirmam) a instabilidade da categorização e da construção de objetos de discurso se dá pelo fato de a referenciação efetivar uma ligação não entre o referente e a realidade, mas sim entre o referente e a discursividade que o constitui. Acreditamos, pois, que o referente ou objeto de discurso, se estabeleça, como infere Foucault, a partir da verdade, do saber e do poder (instituídos no *lugar de verdade/saber/poder*) efundados na vontade de verdade.

No entanto, de que maneira a rede discursiva de relações de saber e poder, a partir da qual se dá a referenciação e se define o que se pode dizer, poderia ser representada com seus diversos elementos em uma disposição plana? Buscando uma resposta para esta questão deu-se a tentativa de elaboração de um quadro geral da referenciação tridimensional, que abrangesse os seus elementos. Como dissemos, consideramos que os referentes sejam constituídos não a partir da realidade, mas sim a partir da verdade instituída pela vontade de verdade, posto os objetos da natureza, da 'realidade' (não obstante serem os mesmos nos três períodos) equivalerem com frequência a referentes discursivos distintos para cada período (objetos de discurso) e mesmo a diferentes significados constituídos discursivamente (conceitos), circundados por temas e tipos de enunciados também distintos.

Propomos nosso modelo tridimensional (Figura 4), com o intuito de atestarmos a importância de uma abordagem discursiva da referenciação, de atentarmos para a soberania do significante em nossa cultura e para a relevância de questionarmos a nossa vontade de

verdade. Nesse quadro o *lugar de verdade/saber/poder*, elemento-base que protege a vontade de verdade, estabelece e institui as práticas discursivas vigentes perpassando-as. São essas práticas discursivas que formam os objetos de discurso enquanto referentes com relação às quais estes últimos se estabelecem e efetivam sua ligação com os significados (conceitos, também constituídos discursivamente) e com os significantes. A disposição desses elementos se nos apresenta em nosso modelo através de esferas concêntricas que, dispostas do centro para a superfície, poderiam ser descritas como: 1. vontade de verdade; 2. *lugar de verdade/saber/poder*; 3. As práticas discursivas e o complexo feixe de relações entre enunciados e outros enunciados, entre os enunciados e as instituições, a *episteme*, os mecanismos de poder, os procedimentos de controle do discurso, permeando toda essa camada até a formação do referente através da constituição dos objetos de discurso; 4. A camada mais externa, composta por três linhas, estabelecendo (na relação entre a tríade de Ogden e Richards) as redes de: referentes (linha mais interna dessas três); significados (no meio termo entre referentes e significantes), e; significantes (a superfície da esfera é o conjunto incontável porém finito de significantes). Todas as relações laterais dos significados entre si, dos significantes entre si, dos referentes entre si, e entre esses dois últimos e as formações discursivas, os temas, as instituições e os mecanismos de poder se nos apresentam nesse esquema tridimensional, por nele ser possível prevermos não apenas um triângulo de Ogden e Richards com o prolongamento que segue até a vontade de verdade, mas uma quantidade tão grande deles que, embora não alcancem o infinito (sendo em número limitado), seja materialmente inviável seu acúmulo em enunciados, como afirma Foucault (2007).

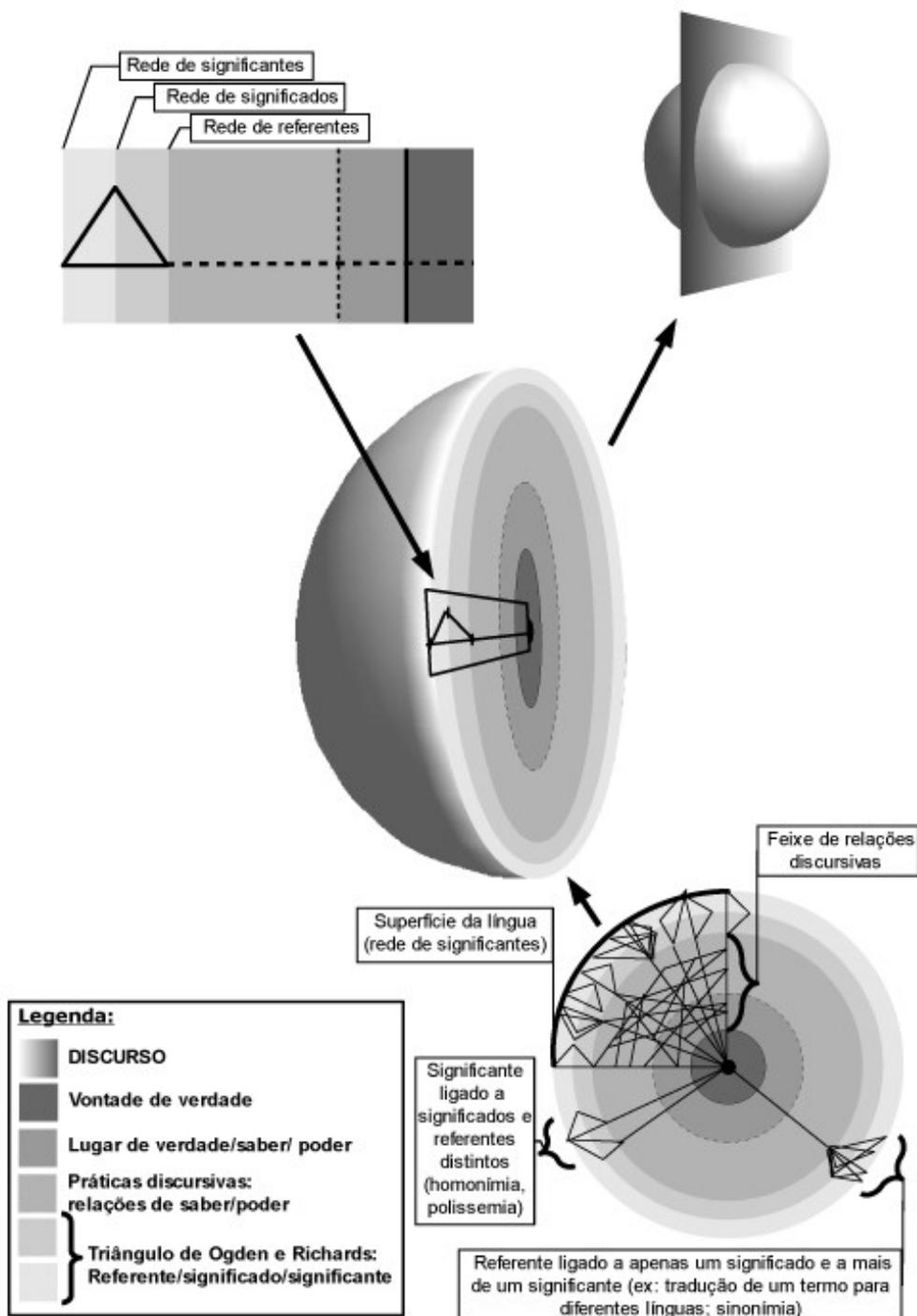
Portanto, com base em Foucault (1968), podemos comparar os elementos do triângulo de Ogden e Richards afirmando, em linhas gerais e a partir dos apontamentos desse autor francês, que os significantes, ocupando pontos na extremidade externa desses 'triângulos com prolongamento', constituem a imagem acústica, sendo representados até o século XVI pela marca, nos séculos XVII e XVIII pelo nome e a partir do século XIX pelo que chamamos significante. A camada que lhes é imediatamente interior ocupa a rede de significados, representada pelo conteúdo até a Renascença, pelo conceito no período clássico e pelo significado no período moderno. A próxima camada contém a rede de referentes (prolongando-se até o campo de saber e os domínios do poder de cada período) que na Renascença encontram a forma das similitudes, no período clássico se dão através da representação, e no período moderno se efetivam por intermédio do referente.

A relação desses 'triângulos com prolongamento' entre si, por sua vez, representam

relações semânticas, por exemplo: de um único referente ligado a um significado podem se desdobrar triângulos que promovam a relação dos mesmos com mais de um significante, representando tanto os sinônimos quanto a tradução de um termo para diferentes línguas (parentesco entre as línguas) ou mesmo variantes de uma determinada variável linguística (sociolinguística); um único significante pode ligar-se a diferentes significados e distintos referentes, exemplificando a homonímia e a polissemia. Consideramos ainda que um desenvolvimento e mapeamento mais elaborado do esquema aqui apresentado de maneira breve possa nos conduzir a uma melhor compreensão tanto dos processos de aquisição da linguagem quanto dos procedimentos epilinguísticos presentes nas estratégias de (re)elaboração da fala, (re)construção da linguagem e (re)constituição do sujeito.

Figura 4

**QUADRO GERAL DA REFERENCIAÇÃO**



O modelo, apresentando os aspectos discursivos da referênciação, relaciona o enunciado em sua materialidade institucional ao aspecto histórico do discurso. O formato esférico foi escolhido com a intenção de estabelecermos uma estrutura na qual a vontade de verdade se nos apresentasse protegida pelo discurso, e que este último em sua materialização se nos mostrasse perceptível, externo e evidente na superfície da esfera, em sua pompa e

soberania significante.

## Conclusão

Respondendo à questão inicialmente proposta: *de que modo se dá a formação de objetos de discurso a partir da 'episteme' fundada na vontade de verdade?* apresentamos, com base na obra de Foucault o seguinte conceito de referencialização discursiva: a formação de objetos de discurso constituídos a partir de práticas discursivas, sejam estas delineadas pelos campos de saber de dado período, levando em consideração: o feixe de relações entre as instituições, enunciados e formações discursivas; os mecanismos de poder que exercem a vigilância e o controle do sujeito e do discurso em sua produção e propagação. A referencialização, portanto, efetiva-se em uma materialidade linguística imbricada a esta rede discursiva a qual, ao mesmo tempo em que constitui as verdades e objetos de discurso, os temas, conceitos e enunciados, indissociáveis desse feixe de relações, protege e mascara, em conjunto com os mesmos, a vontade de verdade sobre a qual e a partir da qual tal processo se efetiva. Acreditamos que este trabalho, longe de esgotar a questão, possa indicar possíveis caminhos para análises mais profundas do mecanismo discursivo da referencialização.

## Referências

BLIKSTEIN, I. *KasparHauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 1985.

CARDOSO, S. H. B. *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão dos discursos*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Antônio Ramos Rosa. Lisboa: Portugalia Editora, 1968.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Tradução de Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

KOCH, I. G. V. *A construção de objetos-de-discurso*. Revista Latinoamericana de Estudios Del Discurso, v. 2, n. 1, Caracas: Editorial Latina, p. 7-20, 2002.

\_\_\_\_\_. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2006.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2007.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

NAVARRO-BARBOSA, P. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: NAVARRO-BARBOSA, P; SARGENTINI, V. (Org.) *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade*, São Carlos: Claraluz, 2004.

POSSENTI, S. Prefácio. In: CARDOSO, S. H. B. *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão dos discursos*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e IzidoroBlikstein. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.